

Relatório de Administração

Caros clientes, parceiros e acionistas,

Apresentamos o Relatório de Administração e Demonstrações Contábeis relativas ao 1º semestre de 2019, do Banco Triângulo S.A., elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Sistema Martins

Somos parte do Sistema Martins - SIM, conglomerado de empresas financeiras e comerciais, dentre as quais se destacam o Martins S/A, Rede SMART, Tricard, Tripag (Unica) e Tribanco Corretora de Seguros. Nossa missão é oferecer serviços, seguros e soluções financeiras completas para atender a necessidade dos pequenos e médios varejistas brasileiros. Por meio da Tricard oferecemos soluções bancárias e cartões de créditos para consumidores finais e varejistas. A Unica é o negócio de meios de pagamentos (adquirente) do nosso ecossistema, que integra soluções e benefícios financeiros. Com a Tribanco Corretora de Seguros oferecemos soluções em seguros para toda a cadeia do varejo e, no Tribanco, temos o provedor de soluções bancárias para varejistas e indústria.

No primeiro semestre de 2019, crescemos em 24% a nossa base de clientes ativos por meio da diversificação da nossa oferta de produtos e serviços, sem perder de vista os esforços contínuos na melhoria da jornada do cliente dentro do Sistema Martins. Na comparação com o mesmo período do ano passado, aumentamos em 368% a quantidade de apólices ativas. A Tricard registrou o faturamento de R\$ 1,6 bilhão, um aumento de 16% no comparativo com o mesmo período do ano passado. Nos cartões destinados à pessoa jurídica - Cartão Super Empresarial - registramos um aumento de 58,9% no faturamento.

Nossos ativos totais cresceram 5,2% na comparação com o mesmo período do ano passado. O patrimônio líquido registrado foi de R\$ 462,9 milhões. Os Ratings Nacionais de Longo e de Curto Prazos emitidos pela Fitch Ratings obtiveram nota A (bra) e a classificação de risco emitida pela RiskBank foi BRMP1 (Disclosure: Excelente), o que reflete o prudente gerenciamento de risco e a adequada qualidade de ativos do Banco.

Nesse período o lucro líquido apurado foi de R\$ 7,7 milhões, resultado que foi afetado basicamente em função do aumento das despesas com provisões para devedores duvidosos, da amortização de investimentos e do resultado de equivalência patrimonial. As receitas cresceram 8% em relação ao ano anterior, número aquém do esperado para o período. O aumento das provisões na carteira da pessoa física é consequência de uma maior deterioração dos segmentos de atuação do Banco, explicados pela manutenção dos indicadores de desemprego e do aumento no endividamento das famílias. As despesas administrativas cresceram 11% como consequência da preparação do Banco para os desafios de transformação digital.

Gerenciamento de Riscos

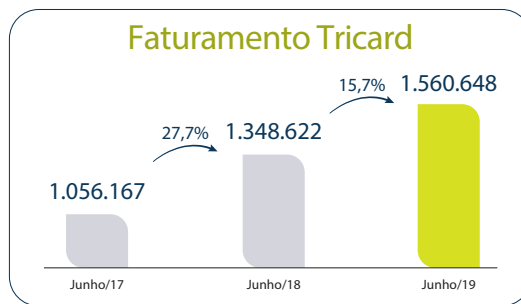
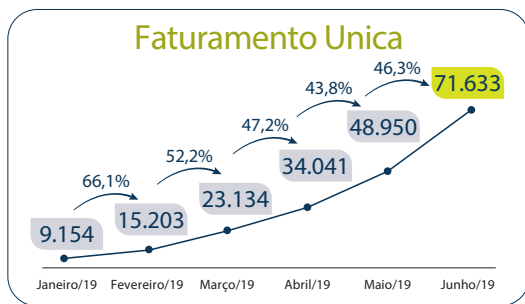
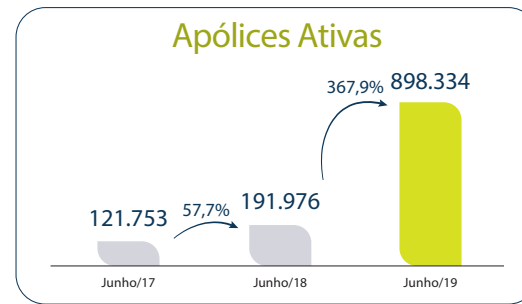
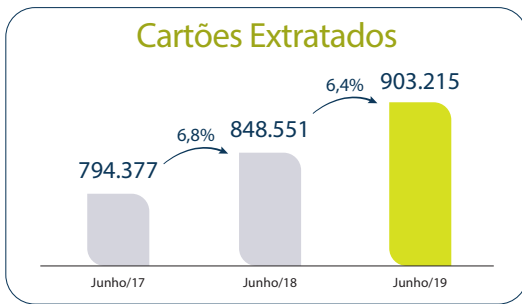
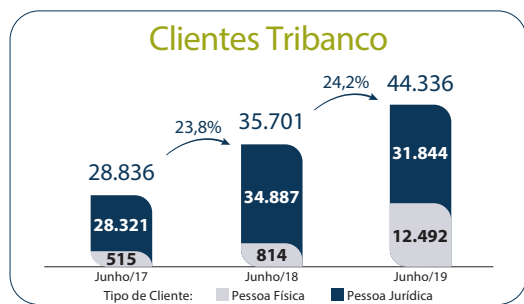
Consideramos a gestão de riscos um assunto estratégico e um dos valores fundamentais para nossas tomadas de decisão. Nosso processo de gestão de riscos corporativos de mercado, de liquidez, de crédito, operacional, cibernético e socioambiental conta com a participação de todas as estruturas hierárquicas, ou linhas de defesa, de modo a fortalecer o processo de identificação, classificação, mensuração, monitoramento, controle e mitigação dos riscos. Nossa gestão integrada de riscos é realizada de forma segregada das unidades de negócios e as políticas de riscos são aprovadas pelo Conselho de Administração. As informações relativas ao Gerenciamento de Riscos e ao Gerenciamento de Capital são divulgadas pelo Banco em seu site "Conheça o Tribanco - Gerenciamento de Riscos" no endereço de acesso público: <http://www.tribanco.com.br>.

Gerenciamento de Capital

O Conselho de Administração é nosso principal órgão no gerenciamento de Capital do Banco Triângulo S/A e suas empresas controladas, e é responsável por aprovar a política institucional de gerenciamento de capital e as diretrizes acerca do nível de capitalização da empresa. Em cumprimento à regulamentação do Banco Central prevista na Resolução CMN nº 4.557/17, temos adotado uma política de gerenciamento de Capital constituída de princípios e procedimentos. Aplicamos processos contínuos de monitoramento e controle, visando assegurar adequação de capital, de forma tempestiva, alinhada às melhores práticas e compatíveis com os riscos incorridos, de acordo com a natureza e complexidade dos produtos e serviços oferecidos a nossos clientes.

Ouvidoria

Nossa Ouvidoria encontra-se regularmente constituída de acordo com a Resolução nº 4.433 de 23 de Julho de 2015 do Banco Central do Brasil, prestando atendimento de última instância às demandas de nossos clientes e usuários de produtos e serviços que não tenham sido solucionadas nos canais de atendimento primário. A Ouvidoria funciona como um canal de comunicação entre nós e nossos clientes, especialmente na mediação de conflitos, atuando também nas demandas que são encaminhadas à instituição por meio do Banco Central do Brasil, das plataformas 0800, "Consumidor.gov" e "Reclame Aqui", além de Procons e demais órgãos públicos e privados de proteção e defesa do consumidor. Em função dos trabalhos desenvolvidos no 2º trimestre de 2019, nossa Ouvidoria foi a primeira colocada no Ranking de Qualidade das Ouvidorias do Banco Central, onde são observados: Prazo Médio de Respostas, Reclamações sobre a Qualidade da Resposta e Quantidade de Demandas Procedentes, bem como a filiação ao Consumidor.Gov.



BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 30 de Junho de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	2019	2018
Ativo		
Circulante	2.034.165	1.995.424
Disponibilidades (nota 4)	194	238
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 5)	493.078	629.865
Aplicações em mercado aberto (nota 4)	493.078	572.545
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	57.320
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (nota 6)	73.488	41.057
Carteira própria	43.084	15.423
Vinculados à prestação de garantias	30.404	25.634
Relações interfinanceiras	25.541	36.690
Pagamentos e recebimentos a liquidar	3.917	4.047
Créditos vinculados - depósitos no Bacen	9.095	14.981
Correspondentes	12.529	17.662
Operações de crédito	884.085	853.823
Operações de crédito (nota 7)	1.026.936	971.741
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (notas 7 e 8)	(142.851)	(117.918)
Outros créditos (nota 9)	498.947	376.305
Negociação e intermediação de valores	-	1
Diversos	503.438	380.804
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (notas 7, 8 e 9)	(4.491)	(4.500)
Outros valores e bens (nota 10)	58.832	57.446
Bens não de uso próprio	66.261	62.166
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(9.973)	(7.828)
Despesas antecipadas	2.544	3.108
Não circulante	1.012.566	899.540
Realizável a longo prazo	643.522	522.984
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (nota 6)	99.647	62.704
Carteira própria	91.897	55.788
Vinculados à prestação de garantias	7.750	6.916
Operações de crédito	458.739	368.956
Operações de crédito (nota 7)	473.970	386.447
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (notas 7 e 8)	(15.231)	(17.491)
Outros créditos (nota 9)	85.136	91.324
Diversos	85.154	91.468
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (notas 7, 8 e 9)	(18)	(144)
Permanente	369.044	376.556
Investimentos	298.186	319.310
Participações em controladas - no País (nota 11)	297.445	319.069
Outros investimentos	995	495
Provisão para perdas	(254)	(254)
Imobilizado de uso (nota 12)	14.159	14.509
Imóveis de uso	5.539	5.539
Outras imobilizações de uso	33.215	29.573
Depreciações acumuladas	(24.595)	(20.603)
Ativos intangíveis (nota 13)	56.699	42.737
Outros ativos intangíveis	104.929	84.085
Amortizações acumuladas	(48.230)	(41.348)
Total do ativo	3.046.731	2.894.964

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	2019	2018
Passivo		
Circulante	1.262.130	1.145.905
Depósitos (nota 14 a)	423.793	447.755
Depósitos à vista	202.384	219.571
Depósitos interfinanceiros	95.151	-
Depósitos a prazo	94.768	197.747
Outros depósitos	31.490	30.437
Recursos de aceites e emissão de títulos (nota 14 b)	320.674	280.760
Obrigações por emissão de letras de créditos imobiliários	53.862	115.145
Obrigações por emissão de letras financeiras	266.812	165.615
Relações interfinanceiras	35.963	32.146
Recebimentos e pagamentos a liquidar	35.899	32.077
Correspondentes no país	64	69
Relações interdependências	4.927	7.181
Recursos em trânsito de terceiros	4.927	7.181
Obrigações por repasses no país - instituições oficiais (nota 14 c)	48.697	59.970
BNDES	42.521	52.630
FINAME	6.176	7.340
Outras obrigações	428.076	318.093
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	1.254	1.269
Sociais e estatutárias (nota 15 a)	12.906	1.387
Fiscais e previdenciárias (nota 15 b)	13.628	18.086
Negociação e Intermediação de Valores	-	74
Diversas (nota 15 c)	400.288	297.277
Não circulante	1.321.697	1.307.156
Exigível a longo prazo	1.320.672	1.305.802
Depósitos (nota 14 a)	879.093	924.946
Depósitos interfinanceiros	-	88.790
Depósitos a prazo	879.093	836.156
Recursos de aceites e emissão de títulos (nota 14 b)	241.452	249.503
Obrigações por emissão de letras de créditos imobiliários	139	-
Obrigações por emissão de letras financeiras	241.313	249.503
Obrigações por repasses no país - Instituições oficiais (nota 14 c)	70.064	82.694
BNDES	58.232	71.580
FINAME	11.832	11.114
Outras obrigações	130.063	48.659
Sociais e estatutárias (nota 15 a)	3.722	2.542
Fiscais e previdenciárias (nota 15 b)	19.571	20.549
Diversas (nota 15 c)	23.104	25.568
Dívidas subordinadas (nota 15 d)	83.666	-
Resultados de exercícios futuros	1.025	1.354
Resultado de exercícios futuros	1.025	1.354
Patrimônio líquido (nota 18)	462.904	441.903
Capital social - De domiciliados no país	285.293	285.293
Reservas de capital	3.590	3.590
Reservas de lucros	166.725	141.929
Ajustes de avaliação patrimonial	(2)	2.352
Lucros acumulados	7.298	8.739
Total do passivo	3.046.731	2.894.964

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Em 30 de Junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	2019	2018
Receitas da intermediação financeira	257.746	248.681
Operações de crédito (nota 20)	237.087	227.676
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (nota 21)	20.532	21.005
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	127	-
Despesas da intermediação financeira	(160.447)	(139.146)
Operações de captações no mercado (nota 22)	(52.927)	(48.718)
Operações de empréstimos e repasses	(5.481)	(5.591)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 8)	(102.039)	(84.837)
Resultado bruto da intermediação financeira	97.299	109.535
Outras receitas (despesas) operacionais	(86.640)	(72.979)
Receitas de prestação de serviços (nota 23)	18.142	15.718
Rendas de tarifas bancárias (nota 24)	61.976	54.314
Despesas de pessoal (nota 25)	(68.029)	(60.938)
Outras despesas administrativas (nota 26)	(87.523)	(78.665)
Despesas tributárias (nota 27)	(16.033)	(14.923)
Resultado de participações em controladas (nota 11)	472	5.314
Outras receitas operacionais (nota 28 a)	21.478	14.401
Outras despesas operacionais (nota 28 b)	(17.123)	(8.200)
Resultado operacional	10.659	36.556
Resultado não operacional	(2.878)	508
Resultado antes dos tributos e participações	7.781	37.064
Imposto de renda e contribuição social (nota 17)	5.277	(4.978)
Provisão para imposto de renda	(322)	(2.346)
Provisão para contribuição social	(205)	(1.932)
Ativo fiscal diferido	5.804	(700)
Participações estatutárias no lucro	(5.376)	(6.961)
Lucro líquido do período	7.682	25.125
Lucro líquido por ação - R\$	0,034182	0,111797
Juros sobre capital próprio	-	15.130

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Em 30 de Junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	2019	2018
Fluxo de caixa de atividades operacionais:		
Resultado antes dos tributos e participações	7.781	37.064
Ajustes inclusos que não afetam o fluxo de caixa:		
Depreciações e amortizações	6.018	4.692
Provisão/Reversão para contingências cíveis, trabalhistas e tributárias	1.162	(1.182)
Provisão/Reversão para desvalorização de provisões para outros valores e bens	2.266	186
Resultado de participação em controladas	(472)	(5.314)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	102.039	84.837
Resultado captação de obrigações de dívidas subordinadas	3.002	-
Lucro ajustado antes dos tributos e participações	121.796	120.283
Varição de ativos e passivos:		
Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	-	20.369
Redução em relações interfinanceiras (ativo/passivo)	22.952	62.466
(Aumento) em operações de crédito	(151.903)	(22.020)
(Aumento) em outros créditos	(9.573)	(39.335)
Redução (aumento) em outros valores e bens	1.200	(14.031)
(Redução) aumento em depósitos	(116.529)	274.894
Aumento em recursos de aceites e emissão de títulos	146.471	133.964
Redução em relações interdependências	(700)	(870)
(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(17.474)	(9.573)
Aumento em outras obrigações	23.604	3.804
(Redução) em resultados de exercícios futuros	(1.89)	(197)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(7.348)	(7.158)
Fluxo líquido proveniente (usado nas) das atividades operacionais	(109.489)	402.313
Fluxos de caixas das atividades de investimento:		
Baixa intangível	1.107	4
Baixa imobilizado de uso	2	-
Aquisição de imobilizado de uso	(1.808)	(2.250)
Aplicações em intangível	(8.074)	(13.770)
Aplicações em investimentos	(214)	(197.918)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e instrumentos financeiros derivativos	(75.370)	(103.413)
Redução em títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e instrumentos financeiros derivativos	42.799	68.501
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de investimento	(41.558)	(248.846)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:		
Recuperação de ações	-	(53.136)
Juros sobre o capital próprio	(15.383)	(15.130)
Caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades de financiamento	(15.383)	(68.266)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(44.634)	205.484
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	537.906	367.299
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	493.272	572.783

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em 30 de Junho de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros Legal	Reservas de Lucros Expansão	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Ações em Tesouraria	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017								

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

liquidez que são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e limites, cujo prazo de vencimento, na data da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

c. Aplicações interfinanceiras de liquidez

São demonstradas pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos proporcionais auferidos até as datas dos balanços, deduzidos de provisão para desvalorização quando aplicável.

d. Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068/01, e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias específicas, de acordo com a intenção de negociação pela Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

(i) Títulos para negociação - Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, os quais são contabilizados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas realizados e não realizados reconhecidos diretamente no resultado do período.

(ii) Títulos disponíveis para venda - Incluem os títulos e valores mobiliários utilizados como parte da estratégia para a administração do risco de variação nas taxas de juros, que podem ser negociados como resultado dessas variações, por mudanças nas condições de pagamento ou outros fatores. Esses títulos são contabilizados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos intrínsecos reconhecidos no resultado do período e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado, ainda não realizados, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido, "Ajuste ao valor de mercado - TVM", líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

(iii) Títulos mantidos até o vencimento - Incluem os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos intrínsecos, em contrapartida ao resultado do período. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a possibilidade de resgate antecipado desses títulos.

Os ganhos e as perdas, quando realizados, são reconhecidos no resultado do período mediante a identificação específica na data de negociação, em contrapartida do patrimônio líquido, em conta destacada, líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

(iv) Títulos mantidos até o vencimento - Incluem os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos intrínsecos, em contrapartida ao resultado do período. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a possibilidade de resgate antecipado desses títulos.

Os ganhos e as perdas, quando realizados, são refletidos no resultado como perdas realizadas.

e. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo seu valor de mercado por ocasião dos balanços mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros são considerados instrumentos de proteção (hedge) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

Hedge de risco de mercado: os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de hedge, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do período.

Hedge de fluxo de caixa: na categoria de hedge de fluxo de caixa classificamos os instrumentos financeiros derivativos destinados a compensar a variação do fluxo de caixa futuro estimado da instituição. Para estas operações tanto os instrumentos financeiros derivativos quanto os itens objeto de hedge são ajustados ao valor de mercado. Para os instrumentos financeiros enquadrados nesta categoria, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações, líquido dos efeitos tributários, registra-se na conta destacada do Patrimônio Líquido. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de hedge, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para hedge, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.

f. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99.

As rendas das operações de crédito vencidas a partir de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente à renegociação, exceto nos casos em que há a inclusão de um bem imóvel, possibilitando assim, um upgrade de nível de rating. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é efetuada com base na classificação do cliente nos níveis de risco definidos pela referida Resolução. Essa classificação leva em consideração, entre outros, uma análise periódica da operação, dos atrasos, do histórico do cliente e das garantias obtidas, quando aplicável.

g. Demais ativos circulante e realizável a longo prazo

São demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos, ajustados pelo valor de mercado ou de realização, quando aplicável.

h. Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos quando aplicável, da respectiva provisão para perdas.

i. Imobilizado

Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.535/16, correspondem aos bens tangíveis próprios e as benfiteiras realizadas em imóveis de terceiros, desde que utilizados no desempenho das atividades da empresa por período superior a um exercício social e devam ser reconhecidos pelo valor de custo e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O valor de custo compreende o preço de aquisição ou construção à vista, acrescido de impostos sobre a compra e os custos diretamente atribuíveis, necessários para o seu funcionamento. A depreciação, reconhecida mensalmente, considera a alocação sistemática do valor depreciável ao longo da vida útil econômica do ativo, ou seja, o período de tempo definido ou estimado tecnicamente durante o qual se espera obter fluxos de benefícios futuros.

j. Intangível

Está demonstrado pelo custo de aquisição ou formação e amortizado pelo método linear pelo prazo de cinco anos ou pelo prazo de vigência das licenças de uso que correspondem a sua vida útil.

k. Valor de recuperação dos ativos

Os ativos não monetários estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores.

l. Passivos circulante e exigível a longo prazo

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas dos balanços.

m. Ativos, passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e pela Carta Circular nº 3.429/10, sendo os principais critérios os seguintes:

(i) Ativos Contingentes - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

(ii) Contingências Passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação;

(iii) Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas administrativas ou judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, e atualizadas de acordo com a legislação vigente.

n. Provisão para garantias financeiras prestadas

Constituída com base no modelo de perda esperada, em montante suficiente para cobertura da perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada. A partir de 1º de janeiro de 2017, passou a ser reconhecida no passivo em contrapartida ao resultado do período, conforme Resolução nº 4.512/16, do CMN.

o. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% acima de limites específicos. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 15%.

Ressalta-se que sobre os ativos e passivos temporários previstos para serem realizados a partir de 2019 - conforme estabelecido na Lei nº 13.169/15 - os créditos tributários referentes a Contribuição Social foram constituídos à alíquota de 15%.

p. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração utilize-se de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Os principais itens de balanço sujeitos a essas estimativas incluem: a provisão para crédito de liquidação duvidosa, os valores de mercado dos títulos e valores mobiliários, os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social e a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração do Banco revisa as estimativas e premissas periodicamente. Entretanto, os valores de eventual liquidação desses ativos e passivos, financeiros ou não, poderão divergir dos valores estimados, em face da subjetividade inerente ao processo de sua apuração.

q. Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados
Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Planos de contribuição definida
As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

(iii) Planos de benefício definido
A obrigação líquida do Grupo para os planos de benefício definido é calculada para cada um dos planos com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão ao retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Disponibilidades	194	238
Aplicações em operações compromissadas	493.078	572.545
Total	493.272	572.783

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	2019	2018
Operações compromissadas - Posição bancada		
Letras do Tesouro Nacional	200.032	565.045
Notas do Tesouro Nacional	250.039	7.500
Letras Financeiras do Tesouro	43.007	-
Depósitos interfinanceiros - CDI	-	57.320
Total - Circulante	493.078	629.865

6. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a. A carteira de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, em 30 de junho de 2019 e 2018, por tipo de papel, possui a seguinte composição:

	2019	2018
Carteira própria - LFT	134.983	71.211
Vinculados à prestação de garantias - LFT	38.154	32.550
Total	173.138	103.761

Circulante 73.488 41.057
Não circulante 99.647 62.704

Nas datas-bases acima indicadas, as carteiras de títulos e valores mobiliários estavam classificadas como disponível para venda.

Nos períodos acima não houve reclassificação de títulos entre as categorias.

b. Em 30 de junho de 2019 e 2018, os títulos, demonstrados pelos seus valores de custo e contábil, têm a seguinte composição:

	2019	2018
Valor de Custo	134.983	71.211
Valor de Mercado	134.981	71.211
Valor de Custo	38.155	32.553
Valor de Mercado	38.154	32.550
Total	173.138	103.767

Os valores de mercado dos títulos públicos foram apurados com base no preço médio divulgado pela ANBIMA e estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC.

c. Em 30 de junho de 2019 e 2018, a composição dos vencimentos da carteira de títulos e valores mobiliários está assim demonstrada:

	2019			2018		
	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Total	Até 3 meses	De 1 a 4 anos	Total
LFT	73.488	99.647	173.135	41.057	62.704	103.761
Total	73.488	99.647	173.135	41.057	62.704	103.761

d. Instrumentos financeiros derivativos
O Banco participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação, realizadas junto à B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3), que se destinam a atender as necessidades próprias, a fim de administrar sua exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros, os quais se referem substancialmente a operações destinadas à proteção de ativos e passivos, envolvendo a alteração de indexadores na aplicação e captação de recursos, contratados em prazos, taxas e montantes compatíveis. A administração desses riscos é efetuada com base em políticas de controle, estabelecimento de estratégias de operação, determinação de limites e diversas técnicas de acompanhamento das posições. Esses instrumentos financeiros incluem derivativos que geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores.

Em 30 de junho de 2019 o Banco não possui saldo referente à posição com instrumentos financeiros derivativos.

Hedge de Fluxo de Caixa

O objetivo do hedge, iniciado em 29 de março de 2018, e liquidado em 10 de setembro de 2018, foi o de proteger riscos inerentes a seu patrimônio, previstos pela identificação de exposição de sua carteira passiva relacionados a indexador de suas operações.

Os montantes registrados referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2018 estão assim compostos:

	Instrumentos de Hedge		Objeto de Hedge		Vencimentos de Hedge	
	Valor Nominal	Ajuste de Mercado (i)	Valor Contábil	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos
Hedge de Captações (ii)	428.591	4.283	455.933	276.547	53.631	98.413
Total	428.591	4.283	455.933	276.547	53.631	98.413

(i) Registrado no Patrimônio Líquido na rubrica Ajustes de Avaliação Patrimonial.

(ii) Os itens objeto de hedge são compostos por Certificadões de Depósitos Bancários, Letras de Créditos Imobiliários e Letras Financeiras.

7. Operações de crédito

As informações da carteira, em 30 de junho de 2019 e 2018, estão assim apresentadas:

a. Composição da carteira por modalidade de operação

	2019	2018
Capital de giro, cheque especial e conta garantida	983.143	801.588
Cartões de crédito	237.656	202.492
FINAME/BNDES	118.425	142.818
Títulos descontados	58.988	82.251
Compror	52.495	79.204
Financiamentos à exportação	25.815	18.951
Demais direitos creditórios	19.621	27.565
Adiantamentos a depositantes	4.376	1.789
Crédito Pessoal	387	-
Financiamentos rurais e agroindustriais	-	1.530
Subtotal - operações de crédito	1.500.906	1.358.188

Cartões de crédito - Compras a faturar (i)
Outros créditos (i)

	2019	2018
Operações de crédito - circulante	1.026.936	971.741
Outros créditos - circulante (conforme nota 9)	374.568	331.733
Operações de crédito - não circulante	473.970	386.447
Outros créditos - não circulante (conforme nota 9)	639	788
(i) Demonstrado como componente da carteira de crédito para fins de publicação, registrado na rubrica de outros créditos. Para maiores detalhes, vide nota 9.		

b. Composição da carteira por vencimento

	2019	2018
Parcelas vencidas:		
Até 14 dias	22.074	14.741
Entre 15 e 30 dias	17.734	15.994
Entre 31 e 60 dias	21.745	18.668
Acima de 60 dias	156.240	128.097
Total	217.793	177.500

Parcelas a vencer:

	2019	2018
Até 30 dias	432.204	415.663
Entre 31 e 60 dias	166.126	163.982
Entre 61 e 90 dias	92.354	106.844
Entre 91 e 180 dias	211.228	190.962
Entre 181 e 360 dias	281.799	248.524
Acima de 360 dias	474.609	387.234
Total	1.658.320	1.513.209

c. Composição da carteira por setor de atividade

	2019	2018
Comércio	1.238.147	1.129.779
Pessoa Física	495.551	446.614
Alimentos e Bebida	29.455	13.206
Serviços Privados	27.187	20.192
Químico e petroquímico	21.148	17.523
Construção e imobiliário	12.702	3.324
Papel e Celulose	12.364	22.165
Eletroeletrônicos	4.916	5.834
Automotivo	4.328	3.578
Financeiro	2.934	1.060
Transportes	2.386	1.793
Agropecuário	1.434	2.486
Educação, Saúde e Outros Serviços	893	565
Telecomunicações	559	268
Siderurgia e Metalurgia	271	672
Madeira e móveis	500	314
Têxtil e Confeções	425	303
Outros	20.913	21.033
Total	1.876.113	1.690.709

d. Composição da carteira por nível de risco
Em 30 de junho de 2019 e de 2018, a composição da carteira por nível de risco está representada por:

	Total geral da carteira - 2019			Total geral da carteira - 2018		
Nível	Faixa de provisão - %	Curso normal	Curso anormal (i)	Provisão - Resolução n° 2.682/99	Provisão comple- mentar (ii)	Provisão total
AA	De 0,00 a 0,49	322.865	-	322.865	-	322.865
A	De 0,50 a 0,99	902.336	-	902.336	4.512	906.848
B	De 1,00 a 2,99	179.051	15.047	194.098	1.941	196.039
C	De 3,00 a 9,99	219.473	19.968	239.441	7.183	246.624
D	De 10,00 a 29,99	25.487	18.361	43.848	4.385	48.233
E	De 30,00 a 49,99	5.660	17.600	23.260	6.978	31.538
F	De 50,00 a 69,99	6.299	20.758	27.057	13.529	40.586
G	De 70,00 a 99,99	5.012	18.943	23.955	16.769	40.724
H	100,00	14.211	85.042	99.253	99.253	198.506
Total		1.680.394	195.719	1.876.113	154.550	350.613

(i) Referem-se às operações com cartões de crédito cujas faturas ainda não foram emitidas, ou que foram emitidas, mas ainda não venceram (Demonstrado como componente da carteira de crédito, conforme nota 7 a).

(ii) Referem-se, substancialmente, a créditos junto a bancos correspondentes e lojistas recebíveis em D+1.

(iii) Referem-se, principalmente, a depósitos judiciais do Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, no montante de R\$ 6.963 (R\$ 6.593 em 2018), depósitos de Interposição de Recursos Trabalhistas no montante de R\$ 2.391 (R\$ 3.489 em 2018), e outros depósitos referentes a

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Triângulo Participações e Serviços Ltda.		Tricard Serviços de Intermediação de Cartões de Crédito Ltda.		Tribanco Corretora de Seguros S.A.		Tripag Meios de Pagamento Ltda.		2019	Total 2018
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018		
Dados da controlada										
Capital social	15.000	15.000	130.519	130.519	3.000	3.000	100.000	100.000		
Patrimônio líquido	15.835	26.508	191.752	172.524	8.366	22.824	81.492	97.213		
Lucro/prejuízo do período	985	1.123	6.755	4.653	2.926	2.324	(9.351)	(2.786)		
Situação dos investimentos										
Participação	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%		
Saldos no início do período	15.693	25.385	184.997	69.853	5.440	20.500	90.843	99	296.973	115.837
Integralização Investimento	–	–	–	98.018	–	–	–	99.900	–	197.918
Distribuição de Dividendos a Acionistas Minoritários	(843)	–	–	–	–	–	–	–	(843)	–
Equivalência patrimonial	985	1.123	6.755	4.653	2.926	2.324	(9.351)	(2.786)	1.315	5.314
Saldos no fim do período	15.835	26.508	191.752	172.524	8.366	22.824	81.492	97.213	297.445	319.069

Em 2018 foram realizados aportes de capital nos montantes de R\$ 99.900 na empresa Tripag Meios de Pagamentos Ltda. e de R\$ 98.018 na empresa Tricard Serviços de Intermediação de Cartões de Crédito Ltda.

12. Imobilizado de uso

	Imóveis de Uso				Outras Imobilizações de uso				2019	Total
	Imobilizações em curso	Terrenos	Edificações	Instalações	Móveis e Equipamentos	Sistema de Processamentos de Dados	Outros (*)	Total		
Taxas Anuais de Depreciação										
Custo										
Saldo anterior	–	116	5.423	4.590	5.159	17.917	2.837	36.042		
Aquisições	–	–	–	17	26	1.692	73	1.808		
Baixas	–	–	–	–	(7)	(30)	–	(37)		
Transferências	–	–	–	–	–	941	–	941		
Saldo atual	–	116	5.423	4.607	5.178	20.520	2.910	38.754		
Depreciação										
Saldo anterior	–	–	(4.196)	(2.110)	(2.868)	(11.514)	(1.735)	(22.423)		
Despesa	–	–	(110)	(226)	(219)	(1.476)	(176)	(2.207)		
Baixas	–	–	–	–	5	30	–	35		
Saldo atual	–	–	(4.306)	(2.336)	(3.082)	(12.600)	(1.911)	(24.595)		
Saldo no início do período	–	116	1.227	2.480	2.291	6.403	1.102	13.619		
Saldo no fim do período	–	116	1.117	2.271	2.096	7.560	999	14.159		

(*) Comunicação, seguros e transporte.

	Imóveis de Uso				Outras Imobilizações de uso				2018	Total
	Imobilizações em curso	Terrenos	Edificações	Instalações	Móveis e Equipamentos	Sistema de Processamentos de Dados	Outros (*)	Total		
Taxas Anuais de Depreciação										
Custo										
Saldo anterior	2.448	116	5.423	4.277	4.636	13.489	2.477	32.862		
Aquisições	–	–	–	223	271	1.529	227	2.250		
Baixas	(2.448)	–	–	–	–	(2.448)	–	–		
Transferências	–	–	–	–	–	–	–	–		
Saldo atual	–	116	5.423	4.500	4.907	17.466	2.700	35.112		
Depreciação										
Saldo anterior	–	–	(3.977)	(1.673)	(2.433)	(9.143)	(1.358)	(18.584)		
Despesa	–	–	(110)	(214)	(214)	(1.278)	(203)	(2.019)		
Saldo atual	–	–	(4.087)	(1.887)	(2.647)	(10.421)	(1.561)	(20.603)		
Saldo no início do período	2.448	116	1.446	2.604	2.203	4.346	1.115	14.278		
Saldo no fim do período	–	116	1.336	2.613	2.260	7.045	1.139	14.509		

(*) Comunicação, seguros e transporte.

13. Intangível

	Software em curso		Software		2019	Total
	2019	2018	20%	20%		
Taxas Anuais de Amortização						
Custo						
Saldo anterior	37.802	61.173	98.975			
Aquisições	6.765	1.309	8.074			
Baixas	(618)	(561)	(1.179)			
Transferências	(18.548)	17.607	(941)			
Saldo atual	25.401	79.528	104.929			
Amortização						
Saldo anterior	–	(44.491)	(44.491)			
Baixa	–	72	72			
Despesa	–	(3.811)	(3.811)			
Saldo atual	–	(48.230)	(48.230)			
Saldo no início do período	37.802	16.682	54.484			
Saldo no fim do período	25.401	31.298	56.699			

14. Captações

	Depósitos a vista		Depósitos a prazo		Depósitos interfinanceiros		Outros Depósitos (i)		2019	Total
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018		
Prazos										
Sem vencimento	202.384	–	–	–	–	–	31.490	–	233.874	
Até 30 dias	–	11.745	–	–	46.153	–	–	–	57.898	
De 31 a 60 dias	–	15.721	–	–	–	–	–	–	15.721	
De 61 a 90 dias	–	15.501	–	–	–	–	–	–	15.501	
De 91 a 180 dias	–	22.884	–	–	48.998	–	–	–	71.882	
De 181 a 360 dias	–	28.917	–	–	–	–	–	–	28.917	
Acima de 360 dias	–	879.093	–	–	–	–	–	–	879.093	
Total	202.384	973.861	95.151	31.490	1.302.886					
Circulante	202.384	94.768	95.151	31.490	423.793				447.755	
Não circulante	–	879.093	–	–	879.093				879.093	

(i) Refere-se a saldos em moeda eletrônica, mantidos em contas de pagamento pré-pagas.

	Depósitos a vista		Depósitos a prazo		Depósitos interfinanceiros		Outros Depósitos (i)		2018	Total
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017		
Prazos										
Sem vencimento	219.571	–	–	–	–	–	30.437	–	250.008	
Até 30 dias	–	22.685	–	–	–	–	–	–	22.685	
De 31 a 60 dias	–	18.289	–	–	–	–	–	–	18.289	
De 61 a 90 dias	–	11.253	–	–	–	–	–	–	11.253	
De 91 a 180 dias	–	32.571	–	–	–	–	–	–	32.571	
De 181 a 360 dias	–	112.949	–	–	–	–	–	–	112.949	
Acima de 360 dias	–	836.156	–	–	88.790	–	–	–	924.946	
Total	219.571	1.033.903	88.790	30.437	1.372.701					
Circulante	219.571	197.747	–	30.437	447.755				879.093	
Não circulante	–	836.156	88.790	–	924.946				924.946	

(i) Refere-se a saldos em moeda eletrônica, mantidos em contas de pagamento pré-pagas.

	Recursos de Letras de Créditos Imobiliários		Recursos de Letras Financeiras		2019	2018
	2019	2018	2019	2018		
Total	562.126	530.263				
Circulante	320.674	280.760				
Não circulante	241.452	249.503				

	2019		2018	
	2019	2018	2019	2018
a. Sociais e estatutárias				
Dividendos e bonificações a pagar	13.075	–	–	–
Participações estatutárias nos lucros	3.553	3.929	–	–
Total	16.628	3.929		
Circulante	12.906	1.387		
Não circulante	3.722	2.542		
b. Fiscais e previdenciárias				
Impostos e contribuições a recolher (i)	32.671	32.380		
Provisão para imposto de renda	322	2.346		
Provisão para contribuição social	206	1.932		
Imposto de renda diferido	–	1.977		
Total	33.199	38.635		
Circulante	13.628	18.086		
Não circulante	19.571	20.549		

(i) Referem-se basicamente a tributos retidos relacionados a salários no montante de R\$ 7.743 (R\$ 6.483 em 2018), tributos sobre faturamento (ISS, PIS e COFINS) no montante de R\$ 2.563 (R\$ 2.462 em 2018) e a adesão ao parcelamento de tributos no montante de R\$ 19.571 (R\$22.491 em 2018).

	2019		2018		
	2019	2018	2019	2018	
c. Diversas					
Valores a pagar a estabelecimentos por compras com cartões	354.717	269.813			
Provisão para despesas com pessoal	10.656	9.760			
Provisão para contingências Fiscais (nota 16 a)	9.686	8.499			
Provisões para outras despesas administrativas	8.807	7.093			
Provisão para contingências trabalhistas (nota 16 a)	8.326	12.596			
Provisão para contingências cíveis (nota 16 a)	5.092	4.473			
Valores a pagar a sociedades ligadas (nota 19)	5.028	4.920			
Provisão para garantias financeiras prestadas	19	20			
Cheques administrativos	1	42			
Outras obrigações	21.060	5.629			
Total	423.392	322.845			
Circulante	400.288	297.277			
Não circulante	23.104	25.568			
d. Dívidas subordinadas					
Título	Valor Emitido	Emissão	Vencimento	Remuneração	Saldo Contábil
Letras Financeiras	80.000	20/11/2018	20/11/2026	120% do CDI	83.666

Em dezembro de 2018 o Banco Central do Brasil autorizou a utilização de Letras Financeiras com cláusula de subordinação, na composição do Nível II do Patrimônio de Referência (PR), nos termos da Resolução nº 4.192 de 1º de março de 2013.

Tributárias

(i) PIS: Discussões administrativas e judiciais que visam afastar a majoração da base de cálculo imposta pelo § 1º do Art. 3 da Lei 9.718/98. A instituição possui decisão transitada em julgado em 19 de dezembro de 2005. Contudo, contrariando a referida decisão, a Delegacia da Receita Federal do Brasil em Uberlândia - MG não homologou as compensações e autou a empresa. As cobranças são objeto de discussões administrativas e judiciais.

(ii) ISS/Multas Municipais: Discussões judiciais e administrativas com municípios, em razão da exigência do tributo em localidades que não há estabelecimento prestador da instituição. Os saldos das contingências fiscais e previdenciárias classificadas como possíveis totalizam R\$ 52.938 (R\$ 42.497 em 2018).

17. Imposto de renda e contribuição social

O Banco, com base em expectativa de resultados tributáveis futuros, constitui créditos tributários sobre diferenças temporárias, basicamente relativas a provisão para créditos de liquidação duvidosa, ajustes de marcação a mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram constituídos com base nas aliquotas vigentes em 30 de junho de 2019 e 2018, estando assim compostos:

	2019		2018	
	2019	2018	2019	2018
Ativo				
Crédito tributário - Imposto de renda				
Sobre diferenças temporárias - provisão para créditos de liquidação duvidosa	36.386	38.387		
Sobre diferenças temporárias - provisões passivas	3.585	4.83		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Segundo o CPC 5, o qual prevê as categorias de divulgação da remuneração a empregados chaves da Administração e Administradores como parte diretamente relacionada, a despesa no período foi de R\$ 5.659 (R\$ 5.468 em 2018), como benefício de curto prazo relacionado a honorários, bônus e encargos diretos. Não estão previstas outras formas de remuneração como benefícios de longo prazo, remuneração baseada em ações ou instrumentos financeiros.

20. Rendas de operações de crédito

Empréstimos e títulos descontados	200.193	189.157
Financiamentos	18.830	21.468
Recuperação de créditos baixados como prejuízos	8.785	8.461
Antecipação de recebíveis	7.304	6.514
Adiantamentos a depositantes	1.975	2.076
Total	237.087	227.676

21. Rendas de operações com títulos e valores mobiliários

Operações Compromissadas	15.094	15.548
Títulos e Valores Mobiliários	5.438	3.363
Depósitos Interfinanceiros	-	2.094
Total	20.532	21.005

22. Despesas de operações de captações no mercado

Depósitos a prazo	30.109	28.763
Letras Financeiras - LF	16.679	13.094
Depósitos Interfinanceiros	3.212	3.071
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	2.152	2.943
Contribuição ao Fundo Garantidor de Crédito - FGC	772	829
Operações compromissadas	3	18
Total	52.927	48.718

23. Receitas de prestação de serviços

Intercâmbio Cartões	7.638	1.805
Tarifa Interbancária	4.763	5.080
Serviço Correspondente Bancário	4.678	5.819
Outras	1.063	3.014
Total	18.142	15.718

24. Rendas de tarifas bancárias

Tarifa - Cartões	39.448	33.835
Manutenção de Contas	8.542	7.632
Liberação de Crédito	7.884	5.741
Transferências de Recursos	3.261	3.166
Cadastro	681	673
Tarifa Cobrança - Cartões	-	66
Outras	2.160	3.201
Total	61.976	54.314

25. Despesas com pessoal

Proventos	34.500	29.283
Encargos Sociais	17.177	15.233
Benefícios	9.856	8.907
Honorários	5.659	5.468
Treinamento	714	1.842
Estagiários	123	205
Total	68.029	60.938

26. Outras despesas administrativas

Serviços de terceiros	32.903	30.867
Comunicações	10.261	11.510
Serviços do sistema financeiro	9.415	8.518
Processamento de dados	7.917	4.561
Depreciação e amortização	6.018	4.692
Serviços técnicos especializados	4.314	3.918
Transporte	3.042	3.015
Manutenção e conservação de equipamentos de informática	3.936	2.888
Manutenção e conservação de bens	1.500	1.196
Promoções e relações públicas	1.348	2.207
Viagens no País	1.321	1.531
Propaganda e publicidade	1.102	730
Aluguéis	530	482
Contribuições filantrópicas	381	311
Viagens no Exterior	72	-
Outras	3.463	2.239
Total	87.523	78.665

27. Despesas Tributárias

COFINS	11.312	10.655
ISS	2.591	2.330
PIS	1.838	1.732
Outras	292	206
Total	16.033	14.923

28. Outras receitas e outras despesas operacionais

a. Outras receitas operacionais

Reembolso despesas cobrança	12.108	8.314
Contingências trabalhistas (i)	3.753	1.626
Contingências cíveis (i)	2.191	2.093
Rendas Visa Vale Pedágio	1.661	2.032
Variação monetária ativa	527	128
Atualização depósitos judiciais	134	88
Outras rendas operacionais	1.104	120
Total	21.478	14.401

b. Outras despesas operacionais

Provisão nas contingências cíveis (i)	3.339	1.016
Provisão nas contingências trabalhistas (i)	3.323	1.351
Perdas em ações trabalhistas (i)	2.585	843
Perdas na carteira de cartões	2.400	1.911
Perdas em ações cíveis (i)	2.152	1.297
Despesas operacionais bandeira	1.365	1.075
Multas, juros e acréscimos fiscais	431	52
Provisão para contingências fiscais (i)	392	24
Despesas bens retomados	337	293
Outras variações monetárias passivas	54	38
Outras	745	300
Total	17.123	8.200

(i) Vide nota explicativa 16 b.

29. Benefícios a empregados

O Banco Triângulo é co-patrocinador do Plano de benefícios MartinsPrev, entidade fechada de previdência complementar, que oferece benefício de aposentadoria antecipada ou normal (por tempo de contribuição) e benefícios de risco (invalidez ou pensão por morte).

O MartinsPrev possui planos de benefícios na modalidade de contribuição definida (aposentadoria Antecipada ou Normal) e de benefício definido para os benefícios de risco (invalidez e pensão por morte).

Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a entidade não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais, no caso dos benefícios previstos na modalidade de contribuição definida. Existe um déficit equacionado decorrente de benefícios já concedidos na modalidade de benefício definido (situação anterior a revisão de regulamento realizada em 29/10/2008) no montante de R\$ 686, reconhecido no balanço patrimonial, para o qual o Banco realizou contribuição de 0,12% da folha dos participantes; este percentual é definido na avaliação atuarial anual. No caso dos benefícios de risco existe um convênio de repasse de risco firmado entre o Fundo Administrador e a entidade.

As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

O Banco concede ainda os benefícios de Assistência Médica, Auxílio Refeição e Cesta Alimentação, Auxílio Creche ou Babá, Convênio para Assistência Odontológica e Convênio Farmácia para aquisição de medicamentos.

O empregado dispensado sem justa causa possui a extensão do benefício assistência médica, por um período de 60 dias a 270 dias, conforme tabela por tempo de empresa previsto na convenção coletiva de trabalho.

Durante o período o montante de contribuições do Banco junto ao Fundo Administrador atingiu R\$334 (R\$1.145 em 2018).

30. Outras informações

a. Índice de Basileia

O Índice de Basileia é apurado de acordo com os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/13 e nº 4.193/13, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco. Dentro deste contexto regulamentar, o Banco encontra-se enquadrado em relação ao mínimo exigido de 10,5%, sendo 8,625% de Patrimônio de Referência em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco e 1,875% do Adicional de Capital. O Índice de Basileia em junho de 2019 foi de 16,65% (12,93% em 2018).

Composição do Patrimônio de Referência (PR)

	2019	2018
Nível I	364.237	443.412
Capital Principal	364.237	443.412
Nível II	80.000	-
Instrumentos Elegíveis para Compor o Capital Complementar	80.000	-
Patrimônio de Referência (Nível I + Nível II)	444.237	355.856
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	2.668.667	2.752.357
RWACPAD	2.226.719	1.782.512
RWAOPAD	441.948	969.845
RBAN	16.153	6.524

Índice de Basileia (%)

Nível I (%)	16,65	12,93
Nível II (%)	13,65	12,93
Nível III (%)	3,00	-

Em dezembro de 2018, a Supervisão do Banco Central do Brasil autorizou o Banco a adotar a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada (APAS) para o cálculo da parcela de capital regulamentar, exigida para cobertura do risco operacional. A aplicação desta abordagem foi adotada a partir de janeiro de 2019.

b. Avas e Fianças

Os avais e fianças concedidos totalizam R\$ 2.500 em 30 de junho de 2019 (R\$ 3.258 em 2018).

31. Eventos Subsequentes

Com base na Resolução nº 2.723/00, art. 8º, § 3º com a redação dada pelo artigo 1º da Resolução 2.062/12, em 30 de julho de 2019, o Banco recebeu do Banco Central do Brasil a autorização para participação em 99,998% das quotas da empresa Sim Serviços de TI e Intermediação Ltda.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Juscelino Fernandes Martins - Presidente
Francisco Mesquita Neto - Conselheiro
João Ayres Rabello Filho - Conselheiro
Marcos Matioli de Souza Vieira - Conselheiro

COMITÊ DE PESSOAS, GESTÃO E GOVERNANÇA

Francisco Mesquita Neto - Coordenador
Juscelino Fernandes Martins
Edson G. Nassar
Pauliran Gomes e Silva
Walter Fontana Filho

COMITÊ DE ESTRATÉGIA, INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

Juscelino Fernandes Martins - Coordenador
João Ayres Rabello Filho
Edson G. Nassar
Roberto Cesar Durscki

COMITÊ DE FINANÇAS E RISCOS

Marcos Matioli de Souza Vieira - Coordenador
João Ayres Rabello Filho
Ricardo Augusto de Andrade
Ricardo da Silva Batista
Rubens Batista Junior
Edson G. Nassar

CONTADOR

Eurides Nunes da Silva Júnior
CRC - ISP 258595/O-5 "S" MG

COMITÊ DE AUDITORIA E COMPLIANCE

Paulo Augusto de Andrade - Coordenador
Valentin Antônio Zordan
Marcos Matioli de Souza Vieira

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Primeiro Semestre/2019

O Comitê de Auditoria, na forma do seu regimento interno, tem como competência zelar pela integridade e qualidade das demonstrações financeiras, pela eficiência e confiabilidade do Sistema de Controles Internos, pela atuação, com independência e qualidade, das auditorias interna e externa, bem como pela apreciação da conformidade das operações e negócios da instituição com os dispositivos legais, os regulamentos e as políticas da sociedade. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações colhidas junto à administração, das fontes acima citadas e nas suas próprias análises, observações e reuniões realizadas.

Atividades Exercidas no Período

O Comitê de Auditoria realizou, no primeiro semestre de 2019, 06 (seis) reuniões ordinárias, contando com a participação da Diretoria, Compliance e Controles Internos, Auditoria Interna, Auditoria Externa, Jurídico, Gestores de Riscos e demais áreas do Banco. Além disso, nos meses de julho e agosto de 2019 outras duas reuniões foram realizadas para avaliação final das demonstrações financeiras de 30/06/2019 e de outros assuntos. Todas as reuniões constavam no seu programa de trabalho para o período, que foi integralmente cumprido. Importante mencionar que o Coordenador do Comitê de auditoria participa efetivamente de todas as reuniões do Conselho de Administração, mantendo-se informado, diuturnamente, sobre as decisões estratégicas da Organização.

Sistemas de controles internos e de Gerenciamento de Riscos

A Administração do Banco Triângulo mantém constante processo de atualização e aprimoramento das suas políticas institucionais, com revisão dos seus processos de trabalho, dando solidez ao seu modelo de governança corporativa, com ênfase nos controles internos, gerenciamento de capital, de riscos, além da prevenção à Lavagem de Dinheiro.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e aos acionistas do Banco Triângulo S.A.

Uberlândia - MG

Introdução

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Triângulo S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Banco Triângulo S.A. ("Banco") em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante,

inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e

suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
- Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de agosto de 2019



KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6

Marco Antonio Pontieri
Contador - CRC 1SP153569/O-0